

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E PROMESSAS DE AUTONOMIA NO BRASIL: DAS HISTÓRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA À POLÍTICA DE FOMENTO AO SOFTWARE LIVRE

Alberto Jorge Silva de Lima¹ e André Vinicius Leal Sobral²

Resumo: Este artigo³ apresenta uma reflexão sobre as histórias da informática no Brasil a partir de dois casos: (a) a Política Nacional de Informática (PNI) (1976-1992); (b) e a política federal de fomento à implantação do software livre (2003-2016). Em relação ao primeiro, vemos uma multiplicidade de narrativas, sejam as guiadas pelo discurso da autonomia tecnológica, sejam as pautadas pelo processo de abertura de arquivos e/ou pelos marcos dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, que têm dado centralidade, por exemplo, às tensões advindas da entrada em cena dos órgãos de informação (e de repressão) da ditadura civil-militar. No segundo caso, as narrativas destacam o papel do ativismo em torno do software livre e a reedição, sob novos termos, das promessas de autonomia tecnológica, desta vez, não através do estabelecimento de uma indústria local de computadores, mas da defesa da soberania do país através de softwares auditáveis. Em diálogo com as perspectivas metodológicas da computação pós-colonial e do método como política ontológica, este artigo propõe a possibilidade de construção de novas narrativas que permitam pensar simultaneamente sobre estes dois casos, procurando superar a aceitação das tecnologias na América Latina como mágica importada. Ao final, como ensaio de nova narrativa, apresento considerações preliminares derivadas de uma pesquisa sobre o ExpressoBR, software livre eleito pelo governo federal em 2013 em resposta às acusações de vigilância em massa atribuídas à Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) e agências similares de outros países.

Palavras-chave: autonomia. Brasil. computação pós-colonial. política industrial. política ontológica. software livre

Abstract: This paper presents some thoughts on the histories of informatics in Brazil from two cases: (a) the National Informatics Policy (PNI) (1976-1992); (b) and the federal free software fostering policy (2003-2016). In the first case, it's possible to see a multiplicity of histories, from those guided by the discourse of technological autonomy to those guided by recent processes of archive declassification and/or by Science and Technology Studies, that have highlighted, for example, the tensions arising from the entry into scene of the civil-military regime's information (and repression) agencies. In the second case, narratives highlight the role of free software activists and the reissuing, under new terms, of the promises of technological autonomy, this time not to be achieved by the establishment of a local computer industry, but by defending the state sovereignty through auditable softwares. In a dialogue with the methodological perspectives of postcolonial computing and of the method as an ontological politics, this paper proposes the possibility of constructing new histories that allow to think simultaneously about the two cases, seeking to overcome the sensing of technologies in Latin America as imported magic. In the end, as an exercise of such kind of narrative, I present preliminary considerations derived from a

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Bolsista da CAPES/PDSE/Processo nº 88881.188784/2018-01- e-mail: alberto@cos.ufrj.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – e-mail: lealsobral@cos.ufrj.br

³ Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Uma versão ligeiramente diferente e em inglês deste artigo foi apresentada pelo primeiro autor na 10th SIGCIS Conference, em St. Louis, Missouri, EUA, em 14 de outubro de 2018.

research on ExpressoBR, free software chosen by the federal government in 2013, in response to complaints of mass surveillance attributed to the US National Security Agency (NSA) and similar agencies from other countries.

Keywords: autonomy. Brazil. postcolonial computing. industrial policy. ontological politics. free software

1 UMA QUESTÃO DE MEMÓRIA

Ventos fascistas sopram sobre o Brasil. A chegada à presidência da República de um projeto forjado nas profundezas mais abjetas de nossa história, representante de uma agenda ultraliberal e de toda a sorte de ataques a grupos historicamente oprimidos em nosso país – mulheres, indígenas, quilombolas, população LGBTQ, nordestinos, sem-terra, moradores da periferia, negros –, colocou sob alerta todo o país e parte do mundo. Desde o período da campanha eleitoral têm se multiplicado casos de agressões, ameaças e até assassinatos, praticados sobretudo pelos que intensificam estes ventos e percebem a oportunidade de varrer qualquer projeto de dignidade humana no Brasil, com o apoio de uma mídia silenciosa, igrejas ultraconservadoras, latifundiários, indústria de armas, o capital internacional e redes de difusão de notícias falsas em aplicativos de mensagem instantânea (MERLINO, 2018; MELLO, 2018; THE GUARDIAN, 2018).

Em tempos nos quais o pensamento crítico é ameaçado através da perseguição a educadores, pesquisadores e estudantes em escolas e universidades (OLIVEIRA, BARBIÉRI, 2018), parece-nos oportuno dar início a esta reflexão sobre memória, história e computação no Brasil com as terríveis cenas que temos assistido.

2 AS MÚLTIPLAS HISTÓRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA

“Brasileiros tem memória curta”, diz um conhecido ditado em nosso país, como a indicar que nós, como povo, estamos condenados a repetir indefinidamente os erros do passado. Apesar disso, muitos devem guardar nas memórias – e a historiografia não nos permite esquecer – a experiência brasileira da Política Nacional de Informática, também conhecida como “reserva de informática”. Tal experiência, em vigor, com diversas fases e configurações, entre 1976 e 1992, procurou colocar em cena uma forma inovadora de superação do tão conhecido quadro de dependência tecnológica em países como Brasil, procurando a garantia de que não somente os artefatos de processamento de informação (minicomputadores e periféricos, sobretudo) fossem produzidos no Brasil, mas que

o trabalho de projeção também o fosse, em empresas com sede e capital brasileiros ou, ainda que com a participação estrangeira, que ficasse garantida a transferência de tecnologia), o que, assim era colocado o argumento, daria vida “uma indústria de computadores genuinamente brasileira” (MARQUES, 1975, p. 16).

O sucesso da PNI é inegável quando se olha para as mudanças nos números do mercado de processamento de dados durante sua vigência⁴. Além disso, a historiografia é unânime em atribuir como traço importante da PNI a comunidade *sui generis* que a sustentava nos seus primeiros anos, formada, segundo Marques, por

um espectro mais ou menos amplo de profissionais especializados em computação originários das universidades, das forças armadas e das empresas estatais de processamento de dados [aos quais juntaram-se depois] jornalistas especializados, empresários, políticos e alguns líderes de associações profissionais. (MARQUES, 2003, p. 669)

Esta comunidade de agentes unidos em torno de um discurso de autonomia tecnológica teria dado forma à PNI a partir de um movimento de contínua avaliação de seus rumos e da interferência nas ações da Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico de Dados (CAPRE), órgão governamental criado em 1972 e que, entre 1976 e 1979, passou a ter como atribuições gerais o controle, o planejamento e a elaboração de pareceres e a decisão sobre a aquisição e a fabricação de artefatos de processamento de dados no Brasil.

A ideia de existência de um espaço para influenciar coletivamente uma política de governo no contexto de uma ditadura militar, apesar de soar estranha e contraditória, ressona os argumentos de autores/as com estudos relevantes sobre a PNI que a reconhecem como resultante de um espaço de conflitos e negociações constantes. Emanuel Adler (1986), por exemplo, refere-se às ações dos formuladores da política como práticas de guerrilhas, sobretudo aquelas emanadas da CAPRE, “lar de um grupo ideologicamente assertivo – um tipo de ‘quartel general de guerrilha’ – que se estabeleceu para vender ideias, aumentar a conscientização

⁴ Em 1976, por exemplo, o Brasil contava com 14 empresas nacionais atuando no setor, número que em 1984 chegou a 71. De maneira semelhante, entre 1979 e 1987, a divisão da receita entre empresas sob controle nacional e estrangeiro sofreu uma inversão, com as empresas brasileiras respondendo por 23% da receita no início do período e por 60% no final. Para maiores informações, ver Marques (2003).

e usar poder político para atingir seus objetivos” (Ibidem, p. 691)⁵. Vera Dantas (1988) vai em direção semelhante ao destacar a atuação desses atores como uma espécie de “guerrilha de gabinete”, assim como Peter Evans (1995), que, identificando os técnicos nacionalistas da CAPRE e formuladores da PNI como “barbudinhos” – apelido que faz referência às barbas e cabeleiras que muitos deles exibiam e que lhes dariam um certo ar à esquerda do espectro político – lembra que existia uma ambivalência na relação destes com os militares. Estes, apesar de compartilharem do mesmo discurso, viam os técnicos nacionalistas como potenciais subversivos (Ibidem, p. 108).

As controvérsias na historiografia surgem, contudo, nas avaliações em relação a seus rumos, sobretudo em relação ao seu abandono nos anos 1990 e à percepção geral que atribui à PNI a causa de um suposto atraso tecnológico do país neste setor, como afirmado por Ivan Marques, para quem

a historiografia deixa entrever a explicação do seu esgotamento [isto é, da PNI] e conseqüente abandono em 1990 como um resultado previsível da combinação da oferta ao mercado de produtos tecnicamente defasados a preços altos com a pressão norte-americana para que o Brasil abrisse o mercado dos computadores. (MARQUES, 2003, p. 660)

Para Marques, por exemplo, as avaliações teriam que levar em conta a perseguição e o desmantelamento da comunidade reunida em torno da PNI pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) do regime militar, que culminou, em outubro de 1979, na extinção da CAPRE e na criação da Secretaria Especial de Informática (SEI), como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional e a partir de então responsável pela PNI, sem previsão de instâncias consultivas⁶.

Por esse olhar, a avaliação negativa atribuída à PNI em sua segunda fase residiria na eliminação do espaço de formulação coletiva e comunitária em voga até 1979, ainda que nos limites impostos por uma ditadura militar. Assim, Marques desloca a narrativa sobre os rumos e sobre o legado da política, de argumentos centrados em uma causalidade exclusivamente ‘técnica’ ou econômica (oferta de máquinas defasadas em um mercado renovado pelos microcomputadores) ou em

⁵ Tradução livre do original: *home for an ideologically assertive group - a "guerrilla headquarters" of sorts - that set itself up to sell ideas, raise consciousness, and use political power to achieve its goals.*

⁶ Para detalhes sobre as atribuições da SEI, ver o Decreto n. 84067 de 2 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84067.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

uma causalidade exclusivamente ‘social’ ou geopolítica (as pressões norte-americanas) para argumentos de ordem mais sociotécnica, levando em conta também as diferenças nos enredamentos construídos em torno da PNI antes e depois da intervenção do SNI.

De fato, dos estudos aqui citados, Evans não explora maiores detalhes sobre este processo de transição da CAPRE para a SEI e seus efeitos, narrando o posterior declínio da PNI na década de 1990 nos termos da falta de “um consenso claro das partes relevantes do aparato burocrático”⁷ (EVANS, 1995, p. 222) e também da própria emergência das empresas locais, com as quais, segundo o autor, teria vindo “mais, e não menos, envolvimento com os mercados internacionais, com a tecnologia global e com o capital transnacional”⁸ (Ibidem, p. 216).

Dantas, por sua vez, encerra sua narrativa no momento de aprovação da Lei de Informática de 1984, alguns anos antes da extinção da PNI, mas destaca, com base em depoimentos, o processo de perseguição que levou ao fim da CAPRE e ao surgimento da SEI e dá algumas pistas sobre as dificuldades que esta passou a encontrar no próprio governo, aproximando-se da análise de Evans quando afirma que

no momento em que [as] ações [da SEI] dependiam da anuência e participação de outras áreas de governo, especialmente as econômicas, para a concessão de incentivos, criação de mecanismos de fomento e desenvolvimento de recursos humanos, os passos tornavam-se lentos e até mesmo conflitantes. (Dantas, 1988, p. 145)

Controvérsias à parte, ao olharmos para a produção acadêmica mais recente, observamos uma profusão de narrativas que podem ser observadas nos termos de um passado – ou de uma memória – que vem sendo (re)construído com a entrada em cena de novos elementos, como arquivos inexplorados, ou mesmo com a busca por vozes silenciadas em narrativas anteriores.

Como exemplo desta produção mais recente, podemos citar trabalhos como o do historiador Marcelo Vianna (2016), que além de revisitar fontes já exploradas por outros pesquisadores, perseguiu novas fontes que permitiram a construção de uma narrativa que reforça, dentre outros aspectos, o papel deletério da ruptura

⁷ Tradução livre do original: *a clear consensus of the relevant parts of the bureaucratic apparatus.*

⁸ Tradução livre do original: *more, not less, involvement with international markets, global technology, and transnational capital.*

autoritária do regime militar sobre o coletivo que vinha conduzindo a PNI, ainda que, ao lado da figura da repressão, Vianna destaque também o processo de alinhamento de alguns dos atores da reserva aos militares.

A contribuição principal de Vianna, neste sentido, talvez derive do estudo sobre o arquivos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas – fruto do trabalho de abertura de arquivos do período do regime militar e da luta por memória, verdade e justiça⁹ –, que se revelou, segundo o autor, uma importante fonte sobre “um grande número de projetos de importação de computadores e periféricos a serem analisados pela CAPRE e pela SEI” (Ibidem, p. 52).

Alguns estudos realizados no campo dos Estudos CTS também têm contribuído para esta multiplicidade, colocando em cena atores alterizados ou pouco destacados em narrativas anteriores. Exemplos desses estudos são a tese de doutorado de Marcia de Oliveira Cardoso (2003), que procura narrar uma história sobre o SOX, sistema operacional *unix-like* desenvolvido pela estatal brasileira fabricante de computadores (COBRA) na década de 80 e a monografia de Pedro Braga (2017), que aponta caminhos interessantes para uma narrativa da PNI pelo olhar dos sindicatos e associações de classe.

Nosso argumento, diante desta revisão nada exaustiva, é propor um olhar para a historiografia como um cenário que vem configurando contingencialmente as memórias da PNI, a partir de um jogo de política ontológica, nos termos propostos por Annemarie Mol (1999) e John Law (2004). Dito de outra forma, este olhar advoga que o surgimento de novos estudos – com escolhas sempre particulares sobre que métodos utilizar, que fontes perseguir e que atores seguir –, vem reconstituindo as memórias sobre a PNI ao reconfigurar aquilo que é tornado real em suas narrativas, isto é, as fronteiras entre aquilo que é tornado presente e do que é, manifestamente ou não, alterizado.

Os primeiros estudos, no geral, configuram a história de uma política pautada em uma espécie de guerrilha de gabinete, levada adiante por técnicos nacionalistas e posicionados em cargos-chave na administração, e atribuem o fim da PNI a pressões norte-americanas e a um certo anacronismo dos artefatos que eram alvo

⁹ Para maiores informações, ver o portal do “Memórias Reveladas”. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

da reserva de mercado. Os estudos posteriores aqui selecionados, por sua vez, colocam em cena novos atores, como sindicatos de trabalhadores, softwares e arquivos desclassificados. Nesta configuração, a comunidade *sui generis* destacada por Marques em sua crítica à historiografia ganha materialidade e se amplia, bem como seus argumentos referentes ao papel dos órgãos de repressão no desmantelamento da comunidade formuladora da PNI.

2 AS MÚLTIPLAS HISTÓRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA

O “passado que sempre se repete” talvez possa ser vislumbrado na experiência do governo federal brasileiro de instituição de uma política de incentivo à implementação e ao uso do software livre no governo, a partir da criação, em 2003, do Comitê Técnico Para Implementação do Software Livre (CISL)¹⁰.

Ligado às políticas de governo eletrônico¹¹ em voga no Brasil desde o início do século XX e às promessas de tornar o Estado mais eficiente e inserir o país em uma idealizada “Sociedade da Informação”, o CISL era composto por representantes de órgãos federais¹² e de certa forma configurou uma atualização das promessas de autonomia atribuídas às TICs em termos que ressonam parcialmente os do período da PNI, representados, em resumo, pela ideia de que a adoção do software livre poderia garantir uma autonomia do Estado em relação a modelos de licenciamento proprietários, pela auditabilidade do código fonte, possibilidade de desenvolvimento local e redução de custos.

¹⁰ Em 29 de outubro de 2003 – no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) –, era publicado no Diário Oficial da União (DOU) um decreto presidencial que instituía Comitês Técnicos no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico (CEGE), com a finalidade de “coordenar e articular o planejamento e a implementação de projetos e ações” nas seguintes áreas: Implementação de Software Livre; Inclusão Digital; Integração de Sistemas Legados e Licenças de Software; Gestão de Sítios e Serviços On-line; Infra Estrutura de rede; Governo para Governo (G2G) e Gestão de Conhecimento e Informação Estratégica. Para maiores detalhes, ver o Decreto Não Numerado de 29 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn10007.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

¹¹ Ver o Decreto Não Numerado de 18 de outubro de 2000. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/DNN9067.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

¹² Os registros oficiais mostram que o CISL contava, inicialmente com representantes dos Ministérios, da Secretaria Geral da Presidência da República, da Advocacia Geral da União, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da Controladoria Geral da União (CGU), da Imprensa Nacional, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), dos comandos das três forças armadas e de empresas públicas como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasileira de Comunicação S.A. (Radiobrás), o Instituto Nacional de Tecnologia (ITI) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Para uma lista completa dos primeiros integrantes do CISL e órgãos que representavam, consultar MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL; MINISTRO DO ESTADO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO. Portaria Interministerial n. 793 de 17 de setembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 2004, Seção 2, pp. 1-2.

No primeiro planejamento estratégico do comitê, por exemplo, realizado em 2003, foram elencadas 18 diretrizes que apontavam para uma gradativa substituição dos sistemas proprietários em uso no governo federal por sistemas baseados em software livre. Algumas diretrizes merecem destaque pois demonstram a intenção do comitê em fomentar o uso do software livre para além das ações ligadas ao governo eletrônico, como, por exemplo, a formulação de uma política nacional para o software livre (diretriz 18), a popularização do uso do software livre (diretriz 4), a utilização do software livre como base dos programas de inclusão digital (diretriz 7) e o incentivo e fomento ao mercado nacional em relação a adoção de novos modelos de negócios em tecnologia da informação e comunicação baseados em software livre (diretriz 15) (COMITÊ EXECUTIVO DO GOVERNO ELETRÔNICO, 2003).

Embora ligado ao Conselho de Governo, instância associada na época à Presidência da República¹³, as ações do CISL eram limitadas, estando mais ligadas às atividades de fomento, aconselhamento e estabelecimento de diretrizes que poderiam ser adotadas pelas equipes de TI nos órgãos governamentais¹⁴.

Em 2013, quando o CISL completava 10 anos de criação, foi realizada em Brasília uma reunião de balanço de suas ações. Na ocasião, Marcos Mazoni, então coordenador geral do comitê, destacou o papel central do órgão como incentivador – ou, para citar suas palavras, “evangelizador” – do software livre no governo federal

o CISL já passou nesses 10 anos por vários objetivos e várias necessidades. Inicialmente, um objetivo de divulgação, de mostrar as possibilidades. Foram criadas algumas metas específicas naquele início, que era de migração de [software nos] ministérios; havia também uma vontade muito grande sobre uma série de

¹³ O primeiro coordenador do CISL, em 2004, foi Sérgio Amadeu da Silveira, então presidente do Instituto Nacional de Tecnologia (ITI), sendo sucedido por Renato da Silveira Martini (presidente do ITI após a gestão de Sérgio Amadeu) e, a partir de 2008, por Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, então presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Essas informações são importantes por evidenciarem a influência no CISL de duas instituições centrais na área de TI do Governo Federal.

¹⁴ Segundo integrantes do Serpro que realizaram um balanço das atividades do CISL entre 2003 e 2010, – dentre eles, Carlos Machado, então coordenador executivo do CISL – ocorreram quatro planejamentos das atividades do comitê, nos anos de 2003, 2004, 2009 e 2010. A esses planejamentos, somaram-se mais dois realizados em 2013 e em 2015. As atividades do CISL também eram fomentadas através de uma lista de e-mails aberta cujos registros podem ser acompanhados desde 2012, configurando uma potencial fonte de pesquisa. À qual ainda pode ser adicionada a página que o Serpro mantém com o registro em vídeo de diversas atividades, entre reuniões e palestras técnicas, realizadas no âmbito do CISL. Para maiores detalhes, consultar Machado et al. (2010) e o histórico de vídeos do CISL, disponível em <<http://assiste.serpro.gov.br/cisl/anteriores.php>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

debates de conhecimento, de debates de opinião. Então o CISL teve essa tarefa de ser o grande evangelizador dentro do governo federal e eu acho que fez isso muito bem. Tanto que na sequência temos uma série de implementações – não exatamente iguais às que foram pensadas inicialmente, porque isso é assim mesmo – mas elas foram se alterando para objetivos mais de execução e entrando muito mais na estrutura do próprio governo do que o debate se nós deveríamos usar [software livre] no desktop, se deveríamos usar no servidor. Começamos a construir os sistemas de informação de forma a usar mais tecnologia de software livre; começamos a construir sistemas de informação que também eram software livre. (MAZONI, 2003).

Este “papel evangelizador” constitui uma diferença, por exemplo, em relação ao poder de intervenção que a CAPRE possuía nos anos 1970. De acordo com Machado *et al.* (2010), por exemplo,

a utilização de Software Livre por parte dos órgãos do Governo Federal apresenta uma grande variação. Pode-se inferir que a política e diretriz indicada pelo Governo Federal vêm apresentando relativa dificuldade de iniciar os processos de uso. [...] A falta de centralidade relacionada à estrutura de TIC do Governo Federal fica evidente quando são verificadas diferentes estratégias de adoção de Software Livre como, mesmo com todo esforço realizado por parte do Governo, a completa falta de planejamento para Software Livre em um grande número de órgãos. (MACHADO, 2010, p. 751)

O CISL foi formalmente extinto em 2016, alguns meses antes da presidenta Dilma Rousseff ser removida de seu cargo pelo parlamento brasileiro, em um golpe institucional disfarçado como processo de impedimento institucional, após o qual assumiu seu vice-presidente, Michel Temer. No lugar da política de fomento ao software livre iniciada em 2003, o governo Rousseff implementou uma Política de Governança Digital, que, em seu decreto principal¹⁵, em momento algum registra o termo software livre.

A única menção ao software livre, no âmbito desta nova política, se dá em uma portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), publicada já sob a gestão de Michel Temer, na qual são previstas “Redes de Conhecimento” – que podem ser estruturadas, por exemplo, como “comunidade de prática, mídia social, grupo de correio eletrônico ou forma diversa”¹⁶, com

¹⁵ Ver o Decreto n. 8638 de 15 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8638.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

¹⁶ Ver a Portaria n. 290 de 29 de setembro de 2016, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2016, Seção 1, pp. 131-132.

características de discussão, assessoramento e aconselhamento ao poder público e abertas à participação de qualquer cidadão. No texto da portaria, está delegado à Secretaria de Tecnologia de Informação (STI) do MPOG o reconhecimento das Redes de Conhecimento, sendo a categoria “software livre e software público” um dos assuntos de interesse. Embora um decreto não seja um instrumento tão forte como uma lei, o rebaixamento da presença do software livre nas regulamentações do Estado para uma portaria ministerial significa, na prática, um enfraquecimento da política pública em construção desde 2013¹⁷.

Uma realidade a ser verificada nasce da impressão de que as políticas de fomento ao software livre estão sofrendo um processo de desmonte no governo interino de Michel Temer, como evidenciado por notícia de licitação de softwares proprietários, notadamente da Microsoft, realizada em 2016 pelo MPOG (QUEIROZ, 2018), assim como a percepção de que tais políticas já vinham se enfraquecendo no governo de Dilma Rousseff, haja vista o decreto que extinguiu a CISL em 2016.

Neste artigo em particular, o objetivo não é destrinchar este processo de transição na política de software livre. Nossa intenção é antes destacar as ressonâncias, similaridades e diferenças entre esta política e a PNI, como, por exemplo, as narrativas que apresentam os defensores pelo software livre no governo como “especialistas insurgentes” (SHAW, 2011; BIRKINBINE, 2016; HORST, 2011, MILANO, 2016), forjados no ativismo pelo software livre brasileiro dos anos 1990 e tradutores, para o contexto brasileiro, de uma certa tradição liberal democrática que estaria associada ao movimento pelo software livre em países como os EUA (PINHEIRO e CUKIERMAN, 2004).

3 UM ENSAIO DE NARRATIVA PÓS-COLONIAL

Ao acompanhar algumas experiências derivadas do contexto da política de incentivo à implantação do software livre é possível explorar de maneira mais precisa estas diferenças e similaridades.

Como exemplo, em uma pesquisa ainda em andamento, destaco o Expresso.BR, software livre de comunicação eletrônica eleito pelo governo brasileiro como resposta às denúncias de vigilância em massa atribuídas à Agência de

¹⁷ Confirmando as dificuldades em se pesquisar uma entidade não estabilizada, o Decreto n. 8638 e a previsão de Redes de Conhecimento foram revogados pelo Decreto n. 9584 de 26 de novembro de 2018, logo após a apresentação deste artigo no V SHIALC.

Segurança Nacional dos EUA e agências similares em outros países em 2013. Entre incidentes diplomáticos¹⁸, investigações no Senado Federal (FERRAÇO, 2014) e inúmeras matérias publicadas em jornais do Brasil e do resto do mundo¹⁹, o governo federal estabeleceu alguns mecanismos legais que determinavam que os órgãos da administração federal deveriam fazer uso de redes e serviços de TI fornecidos por empresas do governo, com a preferência pelo uso de tecnologias de software livre²⁰.

O SERPRO, empresa pública federal de TI com forte protagonismo no CISL, já possuía uma ferramenta de correio eletrônico com criptografia e oferta de armazenamento em *data center* próprio no seu catálogo de serviços, o ExpressoBR, o que fazia dele uma opção perfeita para simultaneamente atender aos objetivos dos mecanismos de proteção das comunicações na administração pública e fortalecer a política de implantação do software livre no governo.

O Expresso.BR, como objeto de pesquisa, é rico para um estudo que procure colocar em cena uma narrativa que traga alguma materialidade para as políticas de incentivo ao software livre no Brasil²¹. Além disso, em minhas incursões preliminares, percebo este caso como emblemático de uma história que ressoa certas memórias da PNI, presente:

(a) em uma trajetória que remonta a 2004, através de um software antecessor denominado Expresso Livre e criado pela Celepar, empresa de TI ligada ao governo do Estado do Paraná, de onde saíram quadros importantes de ativistas pelo software livre que ocuparam o governo federal nos anos seguintes;

¹⁸ Como exemplo, ver o discurso da então presidenta Dilma Rousseff na abertura da 68a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em <https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/68/BR_en.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

¹⁹ Como exemplo, ver Documentos revelam esquema de agência dos EUA para espionar Dilma. Fantástico, 1 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/documentos-revelam-esquema-de-agencia-dos-eua-para-espionar-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

²⁰ Ver o decreto n. 8135 de 4 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8135.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

²¹ Essas considerações iniciais derivam principalmente das leituras de documentos oficiais, palestras técnicas e entrevistas. Como exemplo, ver a palestra **Ciclo Expresso V3**. Disponível em: <<http://assiste.serpro.gov.br/cisl/cicloexpressov3.html>>. Acesso em: 07 dez. 2018. Para uma visão geral do Expresso, consultar o portal do projeto no Serpro, sua comunidade de desenvolvimento e seu repositório de código, disponíveis, respectivamente, em <<https://web.archive.org/web/20161108002710/http://www.serpro.gov.br:80/linhas-negocio/expresso-v3>>, <<http://comunidadeexpresso.serpro.gov.br>> e <https://gitlab.com/expresso_livre/Expresso>. Acesso em: 07 dez. 2018.

(b) na ideia de autonomia nacional como tradução da possibilidade de se auditar o programa;

(c) nas tensões entre o Serpro, usuários e desenvolvedores menores em torno do tipo de paradigma de programação que deveria ser utilizado no Expresso Livre, que teriam levado a uma cisão e à criação do ExpressoBR como um projeto centralizado no Serpro e ligado, através de determinados módulos do programa, a uma comunidade de desenvolvimento alemã;

(d) nas tensões típicas das comunidades transnacionais de desenvolvimento de software livre, representadas pelas controvérsias entre os ciclos de atualização do software entre os grupos brasileiro e alemão.

(e) na reconfiguração do que é pensar em “autonomia nacional” em um cenário de desenvolvimento transnacional.

(f) no abandono do ExpressoBR como serviço de correio eletrônico ofertado pelo Serpro após o golpe de 2016.

Talvez as histórias da informática no Brasil aqui narradas não constituam necessariamente um passado que está sempre se repetindo, mas as tensões entre o “local e o global”, as forças (e fraquezas) das promessas de autonomia colocadas em cena, o caráter “guerrilheiro” ou “insurgente” dos atores que as levaram adiante, as intervenções externas e golpes corriqueiros na frágil democracia brasileira, configuram um quadro no qual podemos reconhecer o desenvolvimento das TICs no Brasil como um espaço do tipo pós-colonial, nos termos propostos por Philip *et al.* (2012) para a acepção das TICs em países fora do eixo ocidental, ou mais do que mágica importada, como proposto por Medina, Marques e Holmes (2014).

Em tempos nos quais certo passado autoritário parece assombrar novamente o Brasil e no quais as TICs, sobretudo as chamadas “redes sociais”, as crises sistêmicas e as disputas geopolíticas parecem estar desempenhando um papel central na (re)configuração dos pactos político e social brasileiros, parece-nos mais que urgente um chamado para a construção de narrativas pós-coloniais sobre as TICs no Brasil, como uma maneira de entender não somente as tecnologias, mas as promessas de país com elas articuladas.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. Ideological “guerrillas” and the quest for technological autonomy: Brazil’s domestic computer industry. *International Organization*, v. 40, n. 03, 1986.
- BIRKINBINE, Benjamin J. Free Software as Public Service in Brazil: An Assessment of Activism, Policy, and Technology. *International Journal of Communication*, v. 10, p. 3893–3908, 2016.
- BRAGA, Pedro Henrique da Costa. A reserva de mercado pelo olhar dos sindicatos e associações de trabalhadores em processamento de dados. In: PEREIRA, Lucas de Almeida; VIANNA, Marcelo (Orgs.). *Dimensões da história e da memória da informática no Brasil*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017, p. 157–182.
- CARDOSO, Marcia de Oliveira. **SOX**: um UNIX-compatível brasileiro a serviço do discurso de autonomia tecnológica na década de 1980. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- COMITÊ EXECUTIVO DO GOVERNO ELETRÔNICO. **Planejamento Estratégico 2003 – 2004: diretrizes, objetivos e ações prioritárias: Comitê Técnico de Implementação do Software livre**: Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- DANTAS, Vera. **Guerrilha tecnológica**: a verdadeira história da política nacional de informática. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1988.
- EVANS, Peter B. **Embedded autonomy**: states and industrial transformation. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1995.
- FERRAÇO, Ricardo. **CPI da Espionagem - Relatório Final**. Brasília: Diário do Senado Federal, Ano LXIX – SUP. “C” AO n. 51 – Quinta-feira, 17 de abril de 2014.
- HORST, Heather A. Free, social, and inclusive: Appropriation and resistance of new media technologies in Brazil. *International Journal of Communication*, v. 5, p. 437–462, 2011.
- LAW, John. **After method**: mess in social science research. London; New York: Routledge, 2004.
- MACHADO, Carlos R.; HERNANDEZ, Juliana; KUHN, Deivi L.; *et al.* Uso de Software Livre no Governo Federal: Investigando o Estágio Atual e definindo (novos) Parâmetros de Acompanhamento. *In: Anais do XXX Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC)*. Belo Horizonte: [s.n.], 2010, pp. 742–753.
- MARQUES, Ivan da Costa. Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 10, n. 2, p. 657–681, 2003.
- MARQUES, Ivan da Costa. O Momento Decisivo para o Computador Brasileiro. *Dados & Idéias*, v. 1, n. 1, p. 13–13, 1975.
- MAZONI, Marcos. **Evento Comemorativo 10 Anos do CISL**. In: EVENTO COMEMORATIVO 10 ANOS DO CISL. Brasília, 29 out. 2013. Disponível em: <<http://assiste.serpro.gov.br/cisl/aniversariocisl.html>>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- MEDINA, Eden; MARQUES, Ivan da Costa; HOLMES, Christina (Orgs.). **Beyond imported magic**: essays on science, technology, and society in Latin America. London, England Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2014. (Inside technology).

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S.Paulo**, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

MERLINO, Tatiana. Morte, incêndios, ameaças e agressões no campo marcam ascensão eleitoral de Bolsonaro. **Agência Pública**, 30 nov. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/11/morte-incendios-ameacas-e-agressoes-no-campo-marcam-ascensao-eleitoral-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 dez. 2018

MILANO, Mariana T. **A construção social do mercado colaborativo de software livre durante o Governo Lula**: agentes, estratégias e discursos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Campus Araraquara), Araraquara, 2016.

MOL, Annemarie. Ontological Politics. A Word and Some Questions. **The Sociological Review**, v. 47, n. 1_suppl, p. 74–89, 1999.

OLIVEIRA, Mariana; BARBIÉRI, Luiz Felipe. STF confirma por unanimidade decisão que suspendeu ações policiais dentro de universidades. **G1**, 31 out. 2018.

PHILIP, Kavita; IRANI, Lilly; DOURISH, Paul. Postcolonial Computing: A Tactical Survey. **Science, Technology, & Human Values**, v. 37, n.1, p. 3–29, 2012.

PINHEIRO, Alexandre; CUKIERMAN, Henrique. Free software: Some Brazilian translations. **First Monday**, v. 9, n. 11, 2004. Disponível em: <<http://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/view/1189>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

QUEIROZ, Luiz. **Software Livre tem data marcada para morrer no governo**: 11 de novembro. **ConvergenciaDigital**. Disponível em: <<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&inoid=43869&sid=10>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SHAW, Aaron. Insurgent Expertise: The Politics of Free/Livre and Open Source Software in Brazil. **Journal of Information Technology & Politics**, v. 8, n. 3, p. 253–272, 2011.

THE GUARDIAN. The Guardian view on Brazil's new president: a global danger | Editorial. **The Guardian**, 31 out. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/oct/31/the-guardian-view-on-brazils-new-president-a-global-danger>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

VIANNA, Marcelo. **Entre burocratas e especialistas**: a formação e o controle do campo da Informática no Brasil. Tese (Doutorado em História), Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.